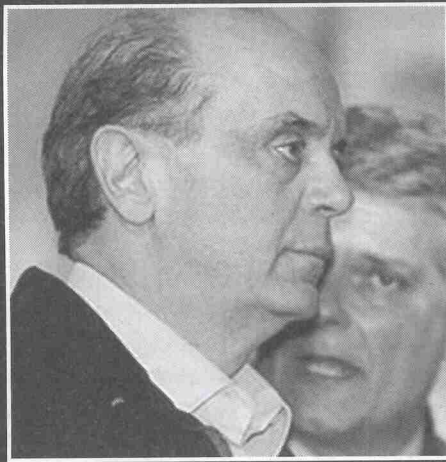


Fotos: Divulgação

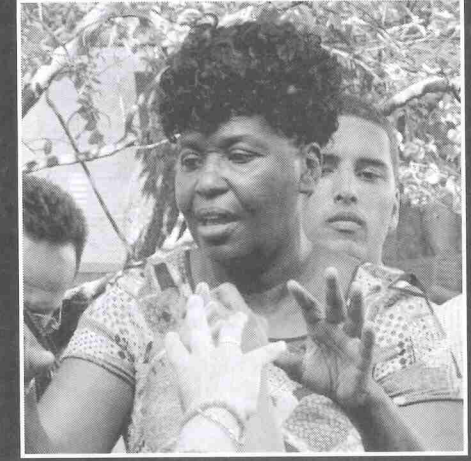
Eleições



O que as próximas eleições reservam ao Saneamento Básico? O que esperar dos candidatos a presidente da República e a governador do Estado do Rio de Janeiro? Foi para responder a estas dúvidas, que certamente martelam a cabeça dos técnicos do setor e da sociedade, que a ASEAC decidiu entrevistar os principais candidatos ao Planalto e ao Palácio Guanabara. Aos postulantes ao cargo de Presidente do Brasil, foram enviadas quatro perguntas iguais, cujas

respostas estão distribuídas a partir da página 3: Lula, José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho. Quanto aos candidatos a governador, até a data do fechamento da edição (17/09), apenas a candidata do PSB, Rosinha Matheus Garotinho, respondeu às perguntas enviadas aos quatro postulantes que mais se destacam nas pesquisas. Para garantir o acesso de todos os interessados às opiniões dos demais candidatos, publicamos um encarte com um resumo das declarações feitas

durante debate realizado no Clube de Engenharia por Solange Amaral e Jorge Roberto Silveira (encarte) e Benedita da Silva (página 8), sobre suas propostas para o Saneamento Básico e para a CEDAE. A entrevista da líder das pesquisas, Rosinha Matheus, está na página 7. Um bom voto a todos, em nome da qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. E lembrem-se: com consciência, nós podemos mudar os rumos desse país!!!



2002

Conheça a opinião dos candidatos sobre Saneamento Básico

Associação dos Empregados de Nível
 Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 1004,
 Centro / Rio de Janeiro - RJ
 Telefone: 2263-6240 Telefax: 2253-7482
 E-mail: aseac1@ism.com.br
 Home Page: www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Paulino Cabral da Silva

Diretor Vice-Presidente
 Dario Mondego

Diretor Administrativo
 Flávio de Carvalho Filho

Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
 Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Técnico
 Jorge Luiz Ferreira Briard

Diretor Social
 Antônio Bastos de Oliveira

Diretor Jurídico
 Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto
 Aloysio Ribeiro Filho

Conselho Diretor - 2002/2004
Representante dos Administradores
 Pedro Paulo de Freitas

Representante dos Advogados
 Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas
 César Lima da Graça

Representantes dos Aposentados
 Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego
 Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares
 Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe
Representante dos Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Representante dos Assistentes Sociais
 Zélia Maria Monteiro Borba

Representante dos Biólogos
 Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores
 Sérgio Pereira

Representante dos Economistas
 Firmino Gustavo Gameleira

Representantes dos Engenheiros
 Antônio Carlos Álvares Grillo

Flávio José Soares de Moura

Edes Fernandes de Oliveira
 Júlio César Oliveira Antunes

Armando Costa V. Junior
 Altamir Pereira Nunes

Representante dos Farmacêuticos
 Armando Costa Vieira

Representante dos Geólogos
 Egmont Bastos Capucci

Representante dos Químicos
 Paulo Roberto Correa

Conselheiros Natos
 Antônio Inácio da Silveira

Walnir Bitencourt de Oliveira
 Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do Rego Pinto
 Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique Soares de Menezes
 Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego
Conselho Fiscal - 2001/2003

César Eduardo Scherer (Efetivo)
 Márcio de Melo Rocha (Efetivo)

Paulo César Quintanilha (Efetivo)
 Jorge Rodrigues Leitão (Suplente)

Gérson Pereira Nascimento (Suplente)
 Cândido Francisco S. Silva (Suplente)

Produção e Edição:

Planin Serviços Editoriais

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério

MTB: 12.524-RJ

Setembro/Octubre de 2002

Editorial

Armadilhas da política

Depois de enfrentar processos eleitorais em que candidatos ao governo do Estado prometeram “mundos e fundos” ao setor e, assim que eleitos, negaram tudo que disseram e escreveram, nós não temos mais direito de errar. Portanto, o momento é delicado, mas a situação é simples e nós não podemos esquecer a experiência recente.

De um lado da balança, temos hoje dois candidatos comprometidos com a causa do Saneamento Público – Rosinha Matheus Garotinho (PSB) e Benedita da Silva (PT). Do outro, pesa a história recente. Solange Amaral, do PFL, era nossa aliada na luta pela preservação da CEDAE, em nome da qualidade de vida da população. Mas a candidatura ao governo do Estado a levou a mudar de lado. Rapidamente, bandeou-se para as fileiras que defendem a divisão do saneamento em dois: CEDAE produtora de água e municípios distribuidores do produto à população – o lado mais fácil e lucrativo do processo. E levantou correndo a bandeira da municipalização dos serviços de água e esgoto na Barra, Recreio e Jacarepaguá, que o seu novo companheiro de luta e correligionário - o prefeito César Maia - não es-

conde de ninguém: quer privatizar.

É mais ou menos parecido com o que defende o candidato do PDT, Jorge Roberto Silveira. Ele municipalizou o Saneamento em Niterói e entregou a concessão dos serviços e os bens a CEDAE – patrimônio da sociedade fluminense – à gestão da empresa privada Águas de Niterói. E agora, propõe esse modelo para todo o Estado.

Esquecem - tanto a deputada quanto o ex-prefeito - que, se for adotado o mesmo modelo usado em Niterói no restante do Estado do Rio de Janeiro, jamais teremos o mesmo cenário encontrado em Niterói, onde a arrecadação permite manter o serviço sem grandes problemas. Certamente, no interior do Estado existem municípios que não têm condição de assumir o saneamento e, por isso, também não despertam o interesse da iniciativa privada, condenando então esse modelo ao fracasso.

Isto porque, o governo do Estado, a quem cabe garantir os serviços essenciais de Saneamento Básico à população, não poderá mais contar com o mecanismo social do subsídio cruzado, através do qual as regiões superavitárias como o Rio de Janeiro contribuem para subsidiar esses municípios que não

têm condições de se auto-sustentar e não geram arrecadação suficiente para despertar o interesse do setor privado. Dependem, portanto, de um modelo social de gestão do Saneamento, para poderem contar com esses serviços

E remunerando a CEDAE a R\$ 0,30/m³ (valor que a Águas de Niterói paga à CEDAE e ainda tenta reduzir este valor na Justiça para R\$ 0,14/m³), quando o custo chega a R\$ 0,58/m³ – o candidato, se eleito, com o modelo proposto poderá levar a empresa a quebrar, agravando a situação da sociedade fluminense mais pobre. Além disso, para produzir, distribuir água tratada e manter o sistema, a CEDAE, conta hoje com cerca de 7.500 empregados. E não precisará de mais do que 500 funcionários para cumprir a tarefa de meramente produzir água. O que fazer, então, com os outros 7 mil trabalhadores e suas famílias, num momento em que o país luta contra o fantasma do desemprego e que uma das poucas opções para esta mão de obra treinada e específica é a CEDAE. Fica a pergunta para os dois candidatos que defendem esse modelo e uma excelente sugestão para reflexão dos nossos companheiros na hora do voto.

Candidatos do Saneamento

Dois técnicos ligados ao setor de Saneamento Básico e associados da ASEAC a disputam as próximas eleições

Guerra à privatização

Engenheiro, com 50 anos de idade, 30 dos quais dedicados à causa ambiental. Trabalha na CEDAE, onde ostenta um passado de luta contra a privatização dos serviços públicos essenciais no Estado. Ele chama a atenção para a importância de a sociedade se mobilizar contra a política de privatização implantada no Estado, cujos contornos mais graves ocorreram no final da década de 90 e, ainda hoje, ameaça trabalhadores e suas famílias.

“As promessas de investimentos, de prioridade social, de melhoria dos serviços, redução das tarifas e aumento dos postos de trabalho que têm sido feitas pelos governantes e pelos novos donos das antigas estatais não se concretizaram. O desemprego aumentou e hoje volta a ameaçar, através das manifestações de vários candidatos ao governo, tanto do Estado do Rio quanto do



país”, adverte Heleno Silva.

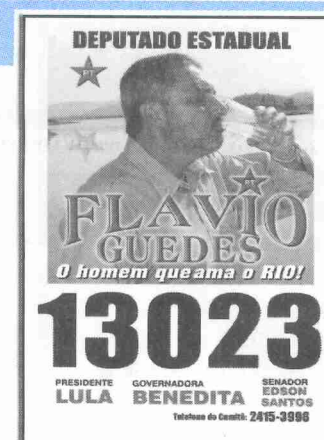
Segundo ele, a privatização não intranquiliza apenas os servidores e seus familiares, mas também os aposentados da CEDAE, uma vez que o sucateamento que tem sido imposto à companhia fragiliza também à PRECE e ameaça a CAC. Por isso ele defende a união dos trabalhadores e das lideranças da CEDAE e do setor em torno de sua candidatura, para a defesa intransigente da empresa na Assembleia Legislativa do Estado.

Defesa do Meio Ambiente

É engenheiro químico, engenheiro sanitário e engenheiro de meio ambiente da CEDAE, empresa na qual foi diretor de Produção de Água. Preocupado com as questões ambientais, Flávio Guedes alerta para o descaso com o meio ambiente, que “está pondo em risco a vida dos nossos filhos, que poderão ficar sem água em um futuro não muito distante”.

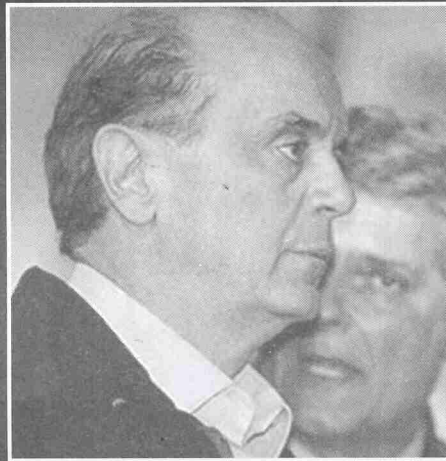
Na sua opinião, a situação dos rios em nosso Estado é desesperadora, pois “as principais fontes de água estão agonizando diante dos nossos olhos. Para reverter essa situação, é necessário vontade política dos governantes, conhecimento técnico dos problemas, cobrança e fiscalização da sociedade, principalmente pais e mães, responsáveis por aqueles que herdarão o nosso planeta”.

Flávio Guedes defende a mobilização social e dos técnicos da



CEDAE e do setor de Saneamento em torno de seu nome para exigir mais investimentos em Saneamento e Meio ambiente, de maneira a combater esses desafios. No entender do candidato, os graves problemas que o Estado do Rio enfrenta foram agravados pela política imposta ao Brasil pelo FMI, que restringiu os recursos para o Estado do Rio de Janeiro para as áreas de Saneamento, Meio Ambiente, Urbanização e Habitação.

O futuro do Saneamento



O que pensam os candidatos

Opiniões demonstram que não vai ser difícil decidir em quem votar



■ Existe uma pressão internacional, ratificada através de acordo assinado com o FMI pelo governo FHC, para privatizar o setor de Saneamento Básico. O senhor concorda com esta orientação?

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Não concordo. Há setores que são estratégicos ou fundamentais para o bem-estar da população que não devem ser privatizados. Na raiz da crise vivida pelo setor de saneamento básico está a adoção do modelo neoliberal, que prevê transformar sua natureza de serviço público de caráter social para uma atividade econômica que busca o lucro; de direito social e coletivo para uma mercadoria, que se adquire ou não segundo a lógica do mercado.

Exatamente porque, submetido à orientação do FMI, o atual governo brasileiro praticamente suspendeu todos os financiamentos com recursos do FGTS aos operadores estatais e, simultaneamente, nas negociações do ajuste fiscal com os Estados, exigiu de vários governos (Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo, por exemplo), que se desfizessem do con-

trole acionário de suas companhias. Da mesma forma, os operadores sob controle municipal permanecem sem acesso a recursos para financiar seus investimentos. A Funasa, neste período, retirou seu apoio técnico administrativo a várias autarquias municipais de água e esgoto, sem qualquer processo prévio de preparação, contribuindo para a degradação de alguns serviços e até mesmo para a privatização de outros.

Coerentemente, o PL4147, em discussão no Congresso Nacional, é uma tentativa do atual governo de regulamentar o setor, não para resolver os graves problemas existentes, mas para tentar superar as dificuldades encontradas no processo de privatização, particularmente para facilitar a venda das empresas estatais que operam nas regiões metropolitanas e nas grandes e médias cidades.



JOSÉ SERRA

Esta é uma questão a ser definida pelo titular do serviço de saneamento, na maioria dos casos, o município.

No entanto, mais importante que a natureza jurídica de propriedade do capital, é a capacidade do Estado – titular do serviço de saneamento – de regular e disciplinar a atuação dos detentores das concessões dos serviços de saneamento, sejam eles públicos ou privados. Este poder regulatório deve ser exercido de forma a garantir à po-

pulação, no menor espaço de tempo possível, a universalização dos serviços de abastecimento de água e principalmente de coleta e tratamento de esgoto. O capital privado pode participar, condicionado a esta regulação. No entanto, não considero adequada a venda pura e simples ao setor privado dos direitos de concessão dos serviços de saneamento. Penso que qualquer transação desta espécie deve ser condicionada a investimentos em água, esgoto e lixo, e não a pagamentos ao poder público.



CIRO GOMES

Não. As Agências Internacionais de Crédito não podem impor políticas públicas ao Estado Brasileiro, que

deverá sempre preservar a sua soberania. É importante que se diga que o processo de privatização na América Latina teve graves equívocos, consistindo na verdade na alienação de ativos patrimoniais já amortizados, sem a obrigação clara de realização de in-

vestimentos. É importante que se faça uma reflexão sobre a desnacionalização de empresas que prestam serviços exclusivamente para o mercado interno e faturam, por conseguinte, em Real, transformando o País onde operam em permanente exportador de divisas, acarretando conseqüências danosas para a economia com a dificuldade de fechamento de suas contas externas. Está claro que não podemos continuar esta política.



ANTHONY GAROTINHO

O saneamento brasileiro tem que avançar, principalmente para cobrir o imenso déficit de esgotamento sanitário em todo

o País. Para isso, é fundamental o empenho do Estado e o controle público das iniciativas no setor. No caso do abastecimento de água, apesar de menos problemático, é preciso atingir a universalização do atendimento, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sem que nos esqueçamos das comunidades carentes das regiões metropolitanas. E é hora de juntarmos as experiências das companhias estaduais com a Petrobras para explorarmos o imenso potencial de águas subterrâneas do Brasil. A convivência com a problemática dos serviços de saneamento básico, notadamente no Rio de Janeiro, faz parte da minha formação. Depois que meu pai morreu, fui criado, em Campos dos Goitacazes, na casa onde moravam meus tios e primos, que é a minha residência até hoje. Um dos meus tios, Hélon de Souza Oliveira, já falecido, era líder sindical da antiga Saec, que depois fez parte da Cedae. Ele foi preso pela ditadura militar várias ve-

zes, devido à sua militância em favor dos trabalhadores. Na certa ainda há funcionários da Cedae que acompanharam a história dele. Num ambiente familiar como esse, saneamento básico sempre foi uma questão forte em minha visão de homem público. Como governador do Estado do Rio de Janeiro, executei vários empreendimentos no setor. No Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, dei continuidade a vários projetos, com a inauguração de três estações de tratamento de esgotos – a de Alegria, maior da América Latina; a do Sarapuí e a da Pavuna – e a reforma e modernização da estação da Penha. Iniciamos a construção da estação de tratamento de esgotos da Barra da Tijuca, no Rio, e trouxemos para o Brasil os maiores equipamentos de escavação subterrânea não destrutiva do mundo para a macrodrenagem sanitária do Rio e da Baixada Fluminense. Começamos o esgotamento sanitário da Barra e de Jacarepaguá, com troncos, redes, a estação e o emissário submarino, de cinco quilômetros. Inaugurei também o emissário submarino de Icaraí, em Niterói.

Investimos R\$ 50 milhões em comuni-

Modelo privado privilegia classes ricas e ignora a universalização dos serviços de Saneamento. A sua falência já ficou comprovada em várias partes do mundo, inclusive na Inglaterra e Argentina

dades do interior. Autorizei à destinação à Cedae de mais de R\$ 200 milhões do Fecam, que proporcionaram a duplicação da adutora da Baixada Fluminense, a recuperação do emissário de Ipanema, e a instalação de troncos para esgotos na Lagoa Rodrigo de Freitas, nas avenidas Visconde de Albuquerque, Delfim Moreira e Vieira

Souto, no Rio. Investimos, no total, R\$ 1 bilhão. Qual foi a companhia privada ou pública do setor que, no Brasil, em três anos, investiu tanto em e em tal velocidade? E qual foi o governo estadual que tem investimentos desta ordem, no mesmo período? É hora de levarmos toda essa experiência para o restante do Brasil.



■ Na sua opinião, qual o modelo gerencial mais adequado para garantir a prioridade social que o setor exige, de forma a viabilizar a universalização dos serviços, independente da classe social? O senhor é a favor da privatização de serviços públicos essenciais como o Saneamento Básico?

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

Os últimos governos prometeram ao povo brasileiro que a privatização geraria muitas melhoras. Mas isso não ocorreu e o caso da energia elétrica é um exemplo disso.

O saneamento é outro exemplo.

Diferentemente dos serviços de energia elétrica e de telecomunicações cuja prestação é de responsabilidade da União, a competência constitucional pela regulamentação ao nível local, organização e prestação dos serviços de saneamento é dos Municípios. Ao Executivo Federal cabe definir a Política Nacional de Saneamento Ambiental, articulada intersetorialmente, integrando e potencializando as ações dos três níveis de governo, que estabeleça, no plano nacional, objetivos, prioridades, diretrizes e padrões, e desenvolva os instrumentos para sua implementação e avaliação.

Ao contrário do atual, o Governo Lula considerará saneamento como serviço público essencial à promoção e proteção da saúde, portanto como política social e não como negócio. O acesso a serviços de saneamento de

qualidade é direito social básico a ser assegurado a todos como dever do Estado, cuja gestão deve contar com crescente participação e controle por parte da população.

Em particular, tenho claro o caráter monopolista de que se reveste a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário quando encarado como atividade econômica, o que aponta para a necessidade de dar ênfase à prestação por operadores públicos, o que se justifica também pela natureza do déficit no atendimento que se concentra nas moradias da população pobre quanto pela indiscutível dificuldade que se coloca para capacitar institucionalmente os municípios brasileiros a regular operadores privados.

Hoje, nosso país não tem uma política nacional de saneamento que promova a universalização dos serviços à população brasileira. Nosso programa de governo, no entanto, propõe a elaboração de um projeto de lei para o Setor de Saneamento que estabeleça a parceria entre União, estados e municípios, com participação e controle social.



JOSÉ SERRA

Repito o que disse na pergunta anterior: entendo que esta é uma questão a ser definida pelo titular do serviço de saneamento. E reafirmo, também que qualquer participação do capital privado deve estar condicio-

nada a uma regulação rigorosa, que não signifique simplesmente a venda ao setor privado do direito de explorar os serviços.

Quanto ao modelo gerencial, lembro que ass propostas de regulamentação do setor que tramitam atualmente no Legislativo, por iniciativa gover-



namental ou parlamentar, não tiveram ainda, como já dito antes, posições majoritárias. Isto se deve sobretudo à acirrada disputa, jurídica e política, em torno do tema da titularidade daqueles serviços em áreas metropolitanas – de interesse comum.

Esta disputa, no aspecto jurídico, decorre da percepção de que, apesar das iniciativas acima referidas, a Constituição não foi expressa suficientemente ao disciplinar o tema da titularidade institucional sobre este serviço público. Foi também pouco específica, ao conferir à União uma necessária ação legislativa nacional neste tema, que não afastasse a regulação pelo respectivo titular do serviço, mas que permitisse a adoção de algumas indispensáveis normas gerais, de âmbito nacional.

À vista deste cenário e da necessidade de avançar neste campo, temos que considerar duas alternativas, não necessariamente excludentes entre si, para fixar um marco regulatório – par-

ticularmente em termos de normas gerais – e superar os impasses hoje verificados, para a retomada dos investimentos com vigor neste setor.

O primeiro caminho é a apresentação de Emenda à Constituição, de forma a tratar a questão com decisão política, sob o princípio básico de que é inviável se pretender um modelo institucional único para o país. Devem-se ter regras gerais que possibilitem a cada Estado, por meio de Leis Complementares, definir, no amparo da Lei Federal, a organização própria do setor.

Um segundo caminho é viabilizar a regulamentação da Gestão Associada, prevista no artigo 241 da Constituição Federal, levando em conta a realidade da gestão das Companhias Estaduais de Saneamento e a importância do poder concedente dos municípios. A consideração das bacias hidrográficas, da escala de gestão e das instalações e equipamentos já existentes, é igualmente relevante.



CIRO GOMES

Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são monopólios naturais, decisivos para a saúde da população, o que não aconselha sua transformação em monopólios privados, particularmente se a sociedade ainda não possui organização suficiente para controlá-los.

O modelo atual do setor, que comporta empresas públicas estaduais, municipais e empresas privadas, deverá ser mantidos e estabelecidos padrões nacionais e regionais de eficiência no atendimento dos objetivos dos serviços de saneamento.

As grandes Empresas Públicas Estaduais de Saneamento, predominantes no País, deram uma contribuição deci-

Prefeitura de Campos vai devolver sistema de Saneamento à CEDAE e transforma o caso num bom exemplo aos outros municípios do Estado na hora do voto

Cuidado com o canto da sereia

O presidente da Câmara de Vereadores de Campos dos Goitacazes, Nelson Nahim Matheus de Oliveira, publicou, no último dia 17 de setembro, nos jornais da cidade, um edital convocando todos os vereadores, Ministério Público e a sociedade organizada a participarem de uma audiência pública, no próximo dia 14 de outubro, destinada a debater a ação de reintegração de posse movida pelo Executivo contra a concessionária Águas do Paraíba.

A audiência, convocada por solicitação do prefeito Arnaldo França Vianna, tem por objetivo obter o respaldo da sociedade local (associações de bairros, associações empresariais, políticos etc.) para restabelecer a concessão dos serviços de Saneamento Básico à CEDAE, inclusive com as devidas indenizações por perdas e danos previstas na ação do Executivo local.

A iniciativa da prefeitura local poderá por fim a um processo que vem se arrastando desde 1999, quando a concessionária privada Águas do Paraíba invadiu as instalações da companhia

A distribuição nas mãos dos municípios, como querem Jorge Roberto e Solange Amaral, pode camuflar intenção de privatizar e repetir o desastre de Campos

estadual, sob forte aparato policial do próprio Estado (Polícia Militar) e seguranças particulares. A atitude da empresa Águas do Paraíba foi considerada, na época, arbitrária, pois contrariava, inclusive, decreto (183/99) do prefeito Arnaldo Viana, que impedia a posse das instalações da CEDAE, baseado numa série de irregularidades ocorridas no processo de licitação, apontadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara de Vereadores local. Em outro decreto (número 184/99), o prefeito Arnaldo Vianna chegou a retornar a concessão à CEDAE, mas a empresa privada ignorou o decreto e ocupou as instalações da companhia.

O conflito maior foi gerado em virtude da insistência da concessionária privada em elevar as tarifas das contas de água e esgotos dos usuários, através de aditivo contratual, negado pelo poder municipal. A empresa Águas do Paraíba chegou a recorrer à Justiça de Campos e ao Tribunal de Justiça do Estado contra a prefeitura de Campos dos Goitacazes, mas o próprio presidente do TJ, Humberto Manes, relator do processo, deu parecer favorável ao prefeito Arnaldo Vianna, negando o aumento.

O RISCO DE REPETIR CAMPOS

A decisão do Executivo local de promover a reintegração de posse à CEDAE

dos bens e instalações necessários à operação do sistema de abastecimento de água esgotamento sanitário da cidade e o fim da concessão foi considerada pelo presidente da ASEAC, Paulino Cabral da Silva, como bastante oportuna. Isto porque ocorre num momento em que se discute a sucessão presidencial e do governo estadual, num ambiente em que as posições se dividem: de um lado, os candidatos do PSB, Rosinha Matheus Garotinho, e do PT, Benedita da Silva, defendem a preservação do Saneamento sob gestão pública, de forma a garantir o acesso dos serviços a toda a população, independente de classe social, raça ou credo; de outro, os candidatos do PFL, Solange Amaral, e do PDT, Jorge Roberto Silveira, propõem a implantação de um modelo parecido com o de Campos para o Saneamento, onde a CEDAE ficaria restrita à mera função de produzir e tratar a água bruta, entregando a distribuição da água tratada aos municípios e, por consequência, à exploração do setor privado, cujo objetivo é o lucro.

Indefinição ou estratégia?

Assim como fez com todos os candidatos a presidente do Brasil, o Jornal da ASEAC encaminhou, em agosto último, perguntas sobre as propostas para o setor de Saneamento a todos os postulantes ao cargo de governador. As assessorias de Solange Amaral, do PFL, e de Jorge Roberto Silveira, do PDT, alegaram dificuldades de tempo e, até a data de fechamento da edição (17/09), não haviam respondido.

Devido à importância do tema e em respeito à sua postura democrática, para não deixar de registrar as posições desses candidatos, a ASEAC decidiu publicar a opinião manifestada por eles sobre o assunto, durante os debates realizados no Clube de Engenharia, em agosto, nos quais representantes da ASEAC estiveram presentes. Além disso, os posicionamentos desses dois candidatos podem servir de alerta para o risco que representa a fragmentação da CEDAE entre a produção de água tratada e a entrega

da distribuição aos municípios, muitos sem condições econômicas de gerir os serviços, e que, portanto, acabarão sem eles, uma vez que, pelo fato de serem deficitários, não despertam o interesse do setor privado.

Sob o argumento de que a população carente não pode ficar esperando que o Estado reestruture a CEDAE para ter Saneamento, a deputada Solange Amaral, defendeu, por exemplo, a transferência da gestão dos serviços para o município, como propõe o atual prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que apoia a privatização da distribuição de água, coleta e tratamento do

esgoto no município. A posição da candidata revelou uma mudança radical de posicionamento em relação ao passado recente, já que, como deputada, ela foi responsável, na ALERJ, pelo projeto de lei que impedia a privatização da CEDAE, no governo Garotinho. A antiga defensora e parceira dos técnicos da Companhia na luta pelo Saneamento público argumentou que, hoje, a CEDAE não tem condições de fazer as obras necessárias ao Estado, pois não está capitalizada para isso. Por essa razão, defende a entrega dos serviços de Saneamento na Barra, Recreio e Jacarepaguá – o cha-

“Eu não sei bem o que é o subsídio cruzado. Gostaria até de conhecer mais detalhes sobre isso.”



mado “filet mignon” – ao prefeito César Maia, comprometendo o mecanismo do subsídio cruzado, que permite à CEDAE democratizar os recursos disponíveis, concentrando a arrecadação e aplicando as verbas em todos os municípios do Estado, de forma a atender a todos os cidadãos, inde-

pendente de classe social, raça ou credo.

Aliás, Solange Amaral, a rigor, nem sabia o que é esse tal de “subsídio cruzado”. Pelo menos foi o que revelou, ao final do debate, admitindo rever seus conceitos depois de ouvir uma pergunta sobre a forma como pretendia gerir esse im-

portante mecanismo social. Demonstrando desconhecimento sobre seu funcionamento, chegou a solicitar uma reunião com técnicos da CEDAE, para conhecer melhor esse instrumento: “Eu não sei bem o que é o subsídio cruzado, gostaria até de conhecer mais detalhes sobre isso”, afir-

mou. Atendendo à sua solicitação, o vice-Presidente da ASEAC, Dario Mondego, explicou a ela o risco que representa a extinção do mecanismo, que seria inevitável face à privatização dos serviços, condenando à total falta de Saneamento os municípios mais pobres do Estado.

Argumentos duvidosos

Por sua vez, o ex-prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, candidato ao governo do Estado pelo PDT, ficou surpreso ao ser informado pela ASEAC, no debate, que o custo de produção da água para a CEDAE, assim como em outros estados, é de R\$ 0,58/m³ e não de cerca de R\$ 0,06/m³, conforme ele próprio havia divulgado, com base em informações que teria recebido oficialmente do governo do Estado.

Jorge Roberto Silveira defendeu a permanência da produção de água tratada nas mãos da CEDAE e a transferência da distribuição aos municípios, como fez em Niterói, para depois entregar o sistema à empresa privada Águas de Niterói. Mesmo assim, o candidato se propôs a discutir o assunto com os técnicos da CEDAE para esclarecer de vez essa dúvida sobre os custos da água. O ex-prefeito afirmou que, de acordo com os números que conhecera, na prática, no município de Niterói, a concessionária da prefeitura paga R\$ 0,30/m³ de água. “Essa discussão ficou muito presente na minha cabeça, porque o governo do Estado queria cobrar R\$ 0,58/m³, o que evidentemente forçaria a prefeitura de Niterói a aumentar em 300% a tarifa cobrada ao usuário”.



Jorge Roberto defende a entrega da distribuição de água aos municípios: caminho aberto à privatização

Paradoxalmente, Jorge Roberto disse que o Estado, em relação ao Saneamento, não pode abrir mão e nem pode pensar em privatizar a CEDAE. “A produção da água e a sua captação devem ser de responsabilidade do Estado, devendo permanecer em suas mãos, porque a água no século XXI será mais importante do que o petróleo. Isso passa a ser até uma questão de soberania nacional. A água não pode ficar nas mãos de particulares, e nós vamos buscar, junto à CEDAE, modelos que viabilizem, em um prazo curto, a distribuição da água e o seu tratamento”, afirmou.

Os argumentos do candidato, contudo, colidem com a realidade vivida pelos técnicos da CEDAE em Niterói. Segundo eles, hoje a companhia privada que explora a distribuição de água na cidade – a Águas de Niterói – realmente paga R\$ 0,30/m³, mas depois de ficar um ano e meio pagando R\$ 0,07, enquanto o custo médio da água tratada é de R\$ 0,58/m³. A CEDAE, por sua vez, pratica uma tarifa social de R\$ 3,93/m³, enquanto a tarifa praticada pela concessionária privada Águas de Niterói é de R\$ 9,23 por metro cúbico – cerca de 154% maior

A verdade sobre o processo de privatização do Saneamento em Niterói

Na edição de janeiro/fevereiro último, o Jornal da ASEAC publicou artigo intitulado “Águas de Niterói X Consumidores - Relações no esgoto”, na qual denunciava que a concessionária privada vem incorrendo em uma prática lesiva aos consumidores no que se refere às tarifas, impondo margens brutas sobre os preços que paga a CEDAE de até 300%.

Segundo explicavam os técnicos, a Águas de Niterói pagava à CEDAE, na ocasião, apenas R\$ 0,30/m³ pelo metro cúbico da água - quando a média nacional praticada e considerada justa é de R\$ 0,58/m³ - e cobra aos consu-

midores R\$ 1,20 pela mesma quantidade. Mesmo considerando os custos de mão de obra e da operação, eles garantem que a diferença de 300% é absurda. Segundo os técnicos, a prática já estava sendo contestada na Justiça por consumidores que se sentiam lesados com esta e outras práticas da concessionária da prefeitura de Niterói.

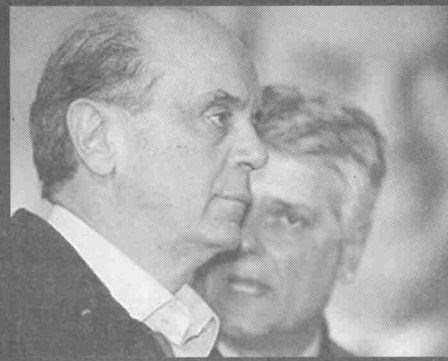
Para a direção da ASEAC, o comportamento da concessionária privada não chegava a ser surpresa. Na ocasião em que os serviços foram privatizados, através de um polêmico contrato assinado entre o ex-governador Marcello Alencar e o prefeito Jorge Roberto da Silveira, os

técnicos já alertavam para as consequências e prejuízos aos usuários, especialmente para a população de baixa renda.

Logo no início, o contrato assinado já obrigava a CEDAE a subsidiar o consórcio privado Águas de Niterói, em cerca de R\$ 2,4 milhões/mês. E este foi apenas um dos absurdos do documento, assinado no apagar das luzes do governo Marcello Alencar. O maior deles, sem dúvida, foi o fato de ignorar o conjunto de bens que formam o sistema de distribuição de água e de coleta de esgotos de Niterói (que não foi avaliado), para que a CEDAE fosse ressarcida pelos investimentos feitos no município e que,

efetivamente, nunca foram reembolsados. No caso dos esgotos, além do contrato determinar que a CEDAE não tinha direito a um centavo sequer de indenização, ainda ignorava os investimentos – cerca de US\$ 20 milhões – que estavam sendo feitos pelo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.

Além disso, houve um descabro de ilegalidade do Poder Público, que não identificou os bens de propriedade do Estado. Pela Constituição, os bens não poderiam ser utilizados pela iniciativa privada para auferir lucros, como ocorre desde que a concessionária Águas de Niterói tomou posse de vários imóveis do Estado.



siva ao avanço do saneamento básico no Brasil. Mas tais empresas precisam ser modernizadas, abrir-se à participação e fiscalização dos usuários, tornar

sua administração transparente, reduzir custos, introduzir planejamento de médio e longo prazos e trabalhar com base em contratos de gestão.



ANTHONY GAROTINHO

Seja qual for o modelo, ele tem que ter o controle público. Para ter uma definição exata de como melhor atender a sociedade, levando o serviço a todos, vamos discutir com as entidades do setor, como a Abes, os sindicatos, as companhias. E vou orientar os recursos do orçamento da União para o atendimento das necessidades de saneamento das populações mais pobres, condicionando a liberação de recursos financeiros para

a área à satisfação de critérios epidemiológicos, sanitários e de fatores de riscos ambientais, sempre buscando ampliar as formas de controle da sociedade. Quero incentivar a participação da sociedade nos processos decisórios, como o estabelecimento de tarifas, a definição de prioridades de investimentos e, em especial, a universalização do atendimento, estimulando ao mesmo tempo o fortalecimento da organização e da ação da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental.



■ Os órgãos federais (notadamente a CEF e o BNDES) só têm liberado recursos aos Estados e companhias estaduais de Saneamento que aceitam privatizar os serviços. O senhor pretende manter esta política?

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA

Não. Entre as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Ambiental que pretendemos implementar, estão os seguintes pontos:

- promover e estimular a recuperação, o desenvolvimento institucional (com o combate às perdas e a outras ineficiências), e a democratização das empresas estatais e órgãos públicos de saneamento, municipais e estaduais;

- dar ênfase à capacitação de quadros técnicos, operacionais e administrativos;

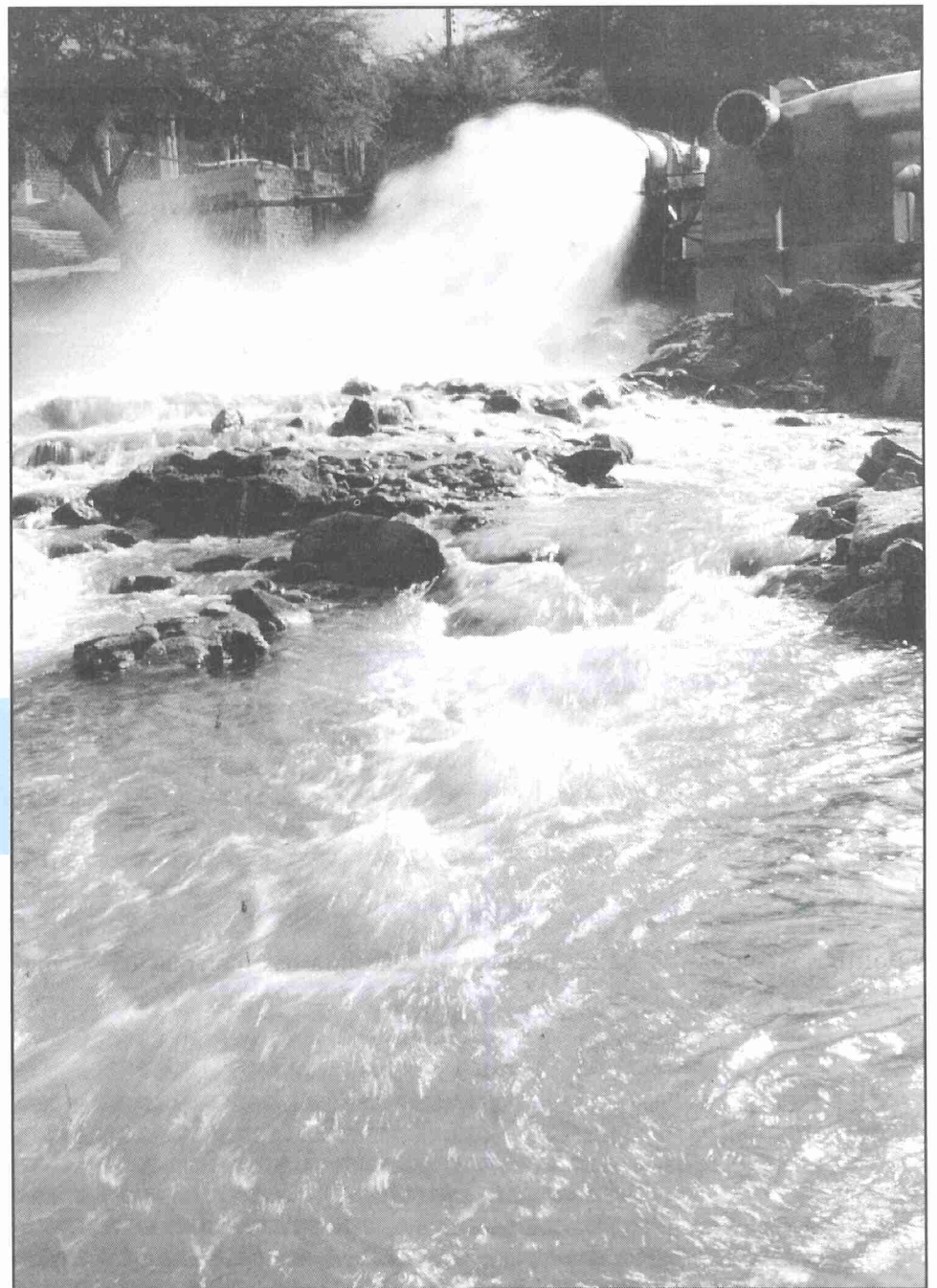
- estimular que os serviços de saneamento sejam prestados por órgãos públicos;

- envolver a população na gestão dos serviços em todos os níveis (local, regional e nacional) e implementar mecanismos de controle social apoiados na participação popular.

Para universalizar o acesso e melhorar progressivamente a qualidade dos serviços prestados, pretendemos elevar significativamente os investi-

mentos dos três níveis de governo em saneamento ambiental, chegando ao patamar de 0,4 % do PIB. Revertendo a orientação atual, os recursos de fundos públicos como o FGTS e o FAT, assegurarão financiamentos onerosos (a custos compatíveis com as remunerações que pagam) aos órgãos e operadores públicos que, junto com as respectivas contrapartidas dos tomadores, podem atingir até 0,2% do PIB. Excedentes tarifários podem assegurar mais 0,1% do PIB. A estes se somam ainda as receitas provenientes da cobrança pelo uso da água em fase de implantação em diversas bacias hidrográficas e os recursos não onerosos alocados de forma programática através do OGU.

Por suas características, os investimentos crescentes em saneamento contribuirão para a ampliação do emprego e da renda das populações pobres, ajudando o combate às desigualdades sociais, sem onerar as contas externas do país.



JOSÉ SERRA

Entendo que a questão do saneamento é da maior gravidade e os investimentos têm que acontecer independente do modelo que seja escolhido. A partir da aprovação do novo marco jurídico do setor, definindo a participação dos municípios e estados na titularidade para a concessão dos serviços, vamos executar

obras de saneamento básico em todo o país. Os investimentos serão de cerca de R\$ 18 bilhões, com recursos do governo federal, do FGTS, do BNDES, de organismos internacionais, dos estados e municípios e das companhias de saneamento. Dos R\$ 18 bilhões, R\$ 3 bilhões serão destinados a ações de saneamento ambiental na área de saúde, com prioridade para a região Nordeste.

A estratégia do governo FHC foi deixar as empresas públicas de Saneamento à mingua, sucateá-las e, assim, viabilizar a privatização, sob o argumento de que elas não dispunham de recursos para novos investimentos



CIRO GOMES

Somos favoráveis a criação de um Fundo Nacional de Saneamento com destinação de recursos federais.

Será aberta no BNDES linha de crédito para as empresas Estaduais e Municipais, semelhante àquela que o Banco pratica para as empresas privatizadas, particularmente para desenvolvimento institucional e operacional.

Estabeleceremos um Programa Emergencial para reverter o atual quadro de déficit em saneamento básico nas Regiões Metropolitanas do País por intermédio de ações articu-

ladas com os Estados e os Municípios, visando a recuperação urbana dessas Regiões, a geração de empregos e, por consequência, a redução da violência. A liberação dos recursos dos Programas acima será condicionada a critérios de eficiência no cumprimento das metas estabelecidas.

O montante de recursos previsto no orçamento de 2002 pelo atual governo será tomado como mínimo. A partir daqui os recursos destinados ao setor crescerão com o aumento da arrecadação, que será proporcionado pelas medidas econômicas, propostas por nós, como por exemplo, a Reforma Tributária.



ANTHONY GAROTINHO

Os órgãos federais como o BNDES e a Caixa Econômica Federal terão que trabalhar para a universalização do se-

tor de saneamento, dentro da linha que acredito e que venho defendendo. Saneamento é, sem dúvida, um dos maiores e mais importantes instrumentos de saúde pública ao alcance do governo.



JOSÉ SERRA

Vamos adotar, por etapas, metas economicamente viáveis de depoluição dos rios, de forma integrada com a política de recursos hídricos. As medidas serão operacionalizadas por intermédio das concessionárias e prefeituras, como forma de ampliar os esforços da capa-

cidade de tratamentos dos esgotos sanitários.

Vamos também consolidar os Comitês de Bacia e fortalecer a gestão das bacias hidrográficas, que é o foco de avanços importantes no gerenciamento integrados de recursos naturais, com impacto direto sobre áreas como transporte, energia e urbanização.

deve ser um dos eixos mais importantes de um governo comprometido com a preservação dos interesses nacionais.

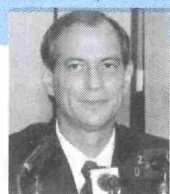


LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

■ A água tem sido motivo de disputa no mundo inteiro. O Brasil é um dos detentores das maiores reservas de água potável do mundo e, portanto, está no centro da cobiça mundial. Especialistas internacionais já prevêm que as próximas guerras serão por disputas pela água. Qual será a sua política com relação aos recursos hídricos, de maneira a preservar esta importante riqueza natural e econômica?

Nós somos mesmo um país privilegiado em questão de água. Temos 12% das reservas mundiais de água doce e é nosso dever preservar e utilizar corretamente esses recursos para o desenvolvimento do nosso país. Para isso, vamos aproveitar o conhecimento acumulado pelos organismos responsáveis pela administração dos recursos hídricos, pelas empresas responsáveis por hidrelétricas, pelas organizações ribeirinhas e outras que vivem em função dos nossos rios. Isso está destacado em nosso Programa de Governo. Seguimos o princípio de que os recursos hídricos devem ser encarados

como bens de domínio público. Vamos dar prioridade à revitalização das bacias para fazer a integração nacional porque entendemos que os rios são corredores de desenvolvimento fundamentais. Isso, sem esquecer que 11 milhões de pessoas ainda não têm acesso ao abastecimento de água tratada e, por isso, estão sujeitas a inúmeras doenças. Também temos que evitar o enorme desperdício que existe no abastecimento de água, atualmente. Vai ser preciso adotar um uso racional e mais preservacionista dos recursos hídricos e dar condições igualitárias de acesso a todos os usuários.



CIRO GOMES

O Governo Brasileiro e a Sociedade precisam se conscientizar que a água é um recurso natural finito e estratégico e

possivelmente ocupará no Século XXI lugar semelhante ao que o petróleo ocupou no Século XX.

A preocupação com o meio ambiente

deve ser um dos eixos mais importantes de um governo comprometido com a preservação dos interesses nacionais.

Consideramos que o Projeto de Lei nº 4.147/01 que definirá as diretrizes gerais para a prestação de serviços de saneamento básico deverá ser modificado com as preocupações apresentadas nas respostas as indagações 1ª, 2ª e 3ª.



ANTHONY GAROTINHO

Quero centralização no Ministério do Meio Ambiente todas as ações governamentais ligadas à área, buscando, em parceria com estados, municípios e comitês de bacias hidrográficas, a aplicação da Lei dos Recursos Hídricos, incluída a cobrança da água captada em nossos rios, visando à racionalização do consumo e a geração de novos recursos destinados ao meio ambiente. Vou trabalhar, também, para a formulação de um plano de alocação de recursos hídricos para o Nordeste, que inclua o estudo de viabilidade de transposições de bacias e da construção de barragens públi-

cas e o levantamento do potencial dos aquíferos. Para isso, quero mobilizar o conhecimento técnico da Petrobras para a prospecção dos aquíferos mais importantes, como o arenito Açú, na Bacia Potiguar, que se estende do Rio Grande do Norte até o Ceará. Com relação ao manejo dos recursos hídricos, precisamos ter claro que ele envolve saneamento, saúde pública, energia e transporte. Portanto, isso implica soberania e governabilidade. Como deputado estadual, prefeito de Campos por duas vezes, secretário estadual e governador do Rio de Janeiro, jamais abri mão de dois princípios: responsabilidade e autoridade. Como presidente do Brasil, não será diferente.

Rosinha Matheus tranquiliza

Candidata garante que privatização está fora de seus planos de governo

“**N**osso compromisso é manter a CEDAE sob controle do poder público”. A frase é da candidata pelo PSB ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus Garotinho, ao responder às perguntas enviadas pelo Jornal da ASEAC sobre suas propostas para a CEDAE e para o setor de Saneamento Básico. O posicionamento da candidata soou como um estímulo e, ao mesmo tempo, um fator tranquilizador aos técnicos da companhia, que desde o governo Marcello Alencar vem enfrentando todo tipo de pressão no sentido de transferir suas atividades à iniciativa privada, condenando um serviço essencial à sãna do lucro do setor privado.

De certa forma, a postura assumida pela candidata Rosinha Matheus, que lidera as pesquisas de preferência de votos no Estado do Rio, não chegou a surpreender a direção da ASEAC e os técnicos da CEDAE ligados à entidade, tendo em vista o compromisso público que ela já havia assumido, durante o debate realizado no Clube de Engenharia, no final de agosto, quando defendeu de maneira firme a preservação da CEDAE sob gestão pública:

- Não vamos privatizar a CEDAE – disse taxativamente a candidata, ao falar sobre o setor de Saneamento Básico, durante o debate. Ex-secretária de Desenvolvimento Social do Estado e esposa do ex-governador Anthony Garotinho, a candidata do PSB afirmou que Garotinho foi o governador que mais investiu em Saneamento nos últimos anos (ver entrevista com o candidato Anthony Garotinho nas páginas reservadas aos presidenciais).

“Além disso”, garantiu Rosinha, “o ex-governador fez diversas obras, como a recuperação do emissário submarino de Ipanema; deu início às obras do emissário submarino da Barra, da adutora da Baixada Fluminense e da galeria de cintura da Lagoa”, disse Rosinha.

Com respostas curtas, mas bastante objetivas, Rosinha Matheus Ga-

rotinho respondeu às seguintes perguntas, encaminhadas pelo Jornal da ASEAC aos quatro candidatos, através de seus comitês de campanha:

Jornal da ASEAC - Os Estados brasileiros vêm enfrentando pressões do setor privado e do próprio governo Federal para privatizar o Saneamento. Caso eleita, a adoção do modelo privado está nos planos do seu governo ou a senhora pretende manter a CEDAE sob gestão pública?

Rosinha - Nosso compromisso é manter a CEDAE sob controle do poder público.

Jornal da ASEAC - Muita gente reclama que a CEDAE não investe na melhoria dos serviços, mas ao mesmo tempo os governos não dão autonomia para ela atuar. Como a senhora pretende gerir a companhia? Vai mantê-la atrelada ao Caixa Único ou a companhia terá autonomia para atuar?

Rosinha - A CEDAE atuará em obediência às prioridades definidas pela população, por intermédio do Plano de Governo, das emendas parlamentares e das reivindicações das comunidades. Pretendemos investir não apenas em novas obras, mas também na conservação e na melhoria operacional.



Jornal da ASEAC - A senhora concorda que o governo federal, através do BNDES, CEF etc., só libera financiamentos para empresas privatizadas, deixando as companhias estaduais à mingua? Diante disso, como a senhora pretende alavancar recursos para investir na universalização dos serviços?

Rosinha - Esse dado é um fato comprovado. Recursos do FGTS, do FAT e de outras linhas de financiamento devem ser disponibilizados para o saneamento público. Lutarei politicamente, com apoio dos deputados e senadores do PSB e aliados, para alterar a diretriz imposta no atual governo federal.

As metas para o Saneamento

- Conclusão do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara I (PDBG I).
- Implantação do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG II).
- Conclusão das obras de saneamento da Barra da Tijuca/Jacarepaguá.

Prioridades para o Meio Ambiente

- Informatização dos processos e dos órgãos de licenciamento do Estado.
- Criação de pólos de reciclagem, em parceria com a iniciativa privada e Municípios.

Nosso compromisso é manter a CEDAE sob controle do poder público. Não vamos privatizar a Companhia

PT mantém coerência

Benedita reafirma sua posição e do partido contra a privatização da CEDAE

Alegando dificuldades de tempo devido ao acúmulo de funções da governadora e candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Benedita da Silva, a assessora do comitê de campanha da governadora do Estado do Rio de Janeiro, não respondeu a tempo as perguntas encaminhadas pelo Jornal da ASEAC sobre o assunto. Mesmo assim, Benedita da Silva, reafirmou seu compromisso com o Saneamento sob gestão pública, através do Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Agostinho Guerreiro, durante o debate realizado no Clube de Engenharia, onde ele afirmou: "Não vamos privatizar a CEDAE em hipótese alguma".

Impossibilitada de comparecer ao Clube de Engenharia, devido à rebelião do presídio Bangu I, a governadora do Rio foi representada por Agostinho Guerreiro. O secretário justificou a ausência de Benedita, causando surpresa à platéia, mas foi compreendido por todos, pois o Rio encontrava-se refém do episódio ocorrido no presídio Bangu I há 24 horas.

Em sua exposição, Agostinho Guerreiro falou sobre as obras que o governo do Estado está realizando na área de Saneamento e deixou claro, em nome da governadora, que o governo do PT defende a manutenção da CEDAE sob gestão do Poder Público. Respondendo a uma pergunta sobre o assunto, foi enfático: "Não vamos privatizar a CEDAE em hipótese alguma".

Governo de parceria

Apesar do posicionamento contrário à privatização, Agostinho Guerreiro disse que é de fundamental importância reestruturar a CEDAE, dando-lhe autonomia, de forma a melhorar o seu desempenho e permitir que a empresa possa atender de fato as necessidades da população. Segundo ele, a proposta do partido é que a companhia estadual possa atuar dentro de uma política de Saneamento para o Estado, definida pelo governo a partir de uma política nacional



para o setor, prevista no programa de governo do candidato do partido à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, em consonância com o momento atual.

Para o secretário de Saneamento, é muito importante também criar linhas de financiamento para as empresas estaduais, que voltarão a ter recursos para investimentos, a partir de linhas de crédito criadas com verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Agostinho Guerreiro prometeu também que o setor de Saneamento no governo Benedita vai inaugurar uma nova relação com os municípios, onde a parceria vai ser a palavra de ordem, dentro do interesse público e das prioridades de cada região e município, de forma a buscar a universalização dos serviços de Saneamento, que, a rigor, representa a garantia de saúde para a população do Estado.

“O governo do Partido dos Trabalhadores não vai privatizar a CEDAE em hipótese alguma.”

- mudou-se
- recusado
- desconhecido
- endereço insuficiente
- não existe nº indicado
- falecido
- ausente
- não procurado

Reintegrado ao serviço postal
Em / /
Em / / Carteiro

